

LUCIANE DE PAULA  
GRENISSA STAFUZZA  
(ORGANIZADORAS)

**SÉRIE BAKHTIN – INCLASSIFICÁVEL**

CÍRCULO DE BAKHTIN:  
PENSAMENTO INTERACIONAL

Volume 3

**Conselho Editorial**

Acir Mário Karwoski (Universidade Federal do Triângulo Mineiro)

Ana Zandwais (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Arlete Cavaliere (Universidade de São Paulo)

Daniel Fäita (Université de Provence)

Diana Luz Pessoa de Barros (Universidade Presbiteriana Mackenzie/USP)

Geraldo Tadeu Souza (Universidade Federal de São Carlos)

Helena Nagamine Brandão (Universidade de São Paulo)

Ida Lúcia Machado (Universidade Federal de Minas Gerais)

Jacqueline Authier-Revuz (Université Paris III - Sorbonne-Nouvelle)

Jacques Bres (Université Paul Valéry)

José Horta Nunes (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho")

Laurence Rosier (Université Libre de Bruxelles)

Marco Antonio Villarta-Neder (Universidade Federal de Lavras)

Marcos A. Moura-Vieira (Universidade Federal do Mato Grosso)

Maria Bernadete Fernandes de Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Maria da Glória di Fantl (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Mika Lähteenmäki (University of Jyväskylä)

Mônica Zoppi Fontana (Universidade Estadual de Campinas)

Pampa Olga Aran (Universidad Nacional de Córdoba)

Solange Jobim e Souza (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

William Roberto Cereja (Pesquisador e autor contratado da editora Saraiva)

MERCADO®  
LETRAS

2013

## BAKHTIN E FOUCAULT: APOSTANDO EM UM DIÁLOGO

*Cristine Gorski Severo*

### **Introdução**

Embora os contextos sócio-político-culturais vividos por Mikhail Bakhtin (1895-1975) e por Michel Foucault (1926-1984) sejam distintos e as tradições filosóficas que constituem seus pensamentos não convirjam diretamente, defende-se a possibilidade de um diálogo entre esses pensadores, especialmente pelas preocupações em torno das questões de linguagem, ética e, direta ou indiretamente, política. É em torno desses três eixos que este texto se organiza. O confronto de ideias, com aproximações e divergências, entre os pensadores não é uma tarefa fácil, mesmo porque se, por um lado, a variabilidade e a densidade temática presentes nos trabalhos de ambos inviabilizam qualquer fechamento, por outro, os trabalhos e reflexões desses filósofos se enquadram em uma região fronteira do pensamento, sendo este, portanto, inconclusivo e irreduzível a um dado rótulo: “Deve-se evitar a alternativa do fora e do dentro; é preciso situar-se nas fronteiras” (Foucault 1984, p. 437). Em relação à Foucault, essa região fronteira em que os conceitos e as reflexões



não têm “dono” – embora existam em relação dialógica com outros conceitos e reflexões – é um espaço marcado pelo princípio “não me pergunte quem sou e não me peça para permanecer o mesmo” (Foucault 1969, p. 20), em que os rótulos – estruturalista, pós-estruturalista, historiador, anti-humanista, marxista, niilista – não parecem fazer justiça ao autor.<sup>1</sup>

Como Foucault, o pensamento de Bakhtin (e de seus interlocutores do Círculo) não se permite a um fechamento e uma rotulação fácil, embora possível.<sup>2</sup> A variabilidade, as idas e vindas temáticas, a nebulosidade de certos conceitos, os diálogos com diferentes tradições filosóficas e literárias, além da realidade sociopolítica tensa e conflituosa, pano de fundo da produção bakhtiniana, são alguns dos aspectos que justificariam o não fechamento de sua

1. Os trabalhos de Foucault têm sido organizados em torno de três eixos interligados: arqueologia, genealogia e ética. Sucintamente, o primeiro volta-se para as condições históricas de produção dos saberes e dos discursos verdadeiros, segundo determinadas regras. O segundo se ocupa da relação entre a produção de discursos e subjetividades e as relações de poder. O terceiro eixo trata das práticas de si e da construção de modos de subjetividade a partir das relações consigo mesmo. Nas palavras de Foucault, ele se ocupou de “1) Que relações mantemos com a verdade através do saber científico, quais são as nossas relações com esses ‘jogos de verdade’ [...] 2) Que relações mantemos com os outros através dessas estranhas estratégias e relações de poder? 3) Quais as relações entre verdade, poder e si mesmo?” (Foucault 1988[1982]).
2. Algumas propostas de sistematização das ideias de Bakhtin são: Brandist (2002) sugere a existência de cinco fases: (i) 1919-26 – trabalhos filosóficos sobre ética e estética; (ii) 1927-29 – estudos sobre filosofia da linguagem e da significação; (iii) 1934-41 – escritos sobre o romance tido como gênero e sobre a sua história; (iv) 1940-63 – trabalhos sobre literatura e cultura popular; (v) 1963-75 – estudos de caráter metodológico. Clark e Holquist (1998) indicam a existência de quatro etapas: (i) 1918-1924 – desenvolvimento de uma filosofia sob a influência do neokantismo e da fenomenologia; (ii) 1925-1929 – distanciamento da metafísica e promoção de um diálogo com o freudismo, o marxismo soviético, o formalismo, a linguística e a fisiologia; (iii) anos 30 – busca de uma poética histórica no estudo da evolução do romance; e (iv) 1960-197 – reencontro com a metafísica a partir de uma perspectiva social e da filosofia da linguagem. Bernard-Donals (1994) resume a proposta bakhtiniana em dois eixos: um focado no entendimento estético humano e outro nas relações sociais humanas e a história.

filosofia em uma ideia central e única. Contudo, para além da complexidade e fertilidade da filosofia de Foucault e de Bakhtin, acredita-se que um olhar sobre o conjunto da obra desses pensadores mostra a maneira pela qual o “pensar diferente, corajosa e livremente” implica, por um lado, riscos e, por outro, força ao oferecer uma nova via para se compreender as verdades, os sujeitos e o mundo. Esses riscos e força talvez se justifiquem pela própria noção de linguagem compartilhada pelos filósofos:

Certamente, nos interessamos pela linguagem; no entanto, não por termos conseguido finalmente tomar posse dela, mas antes porque, mais do que nunca, ela nos escapa. Suas fronteiras se desmoronam e seu calmo universo entra em fusão; se estamos submersos nela não é tanto por seu rigor intemporal, mas pelo movimento atual de sua onda. (Foucault 1967[2000, p. 72])

Este texto não visa rastrear as tradições filosóficas de Bakhtin e de Foucault em busca de possíveis convergências e divergências. Trata-se de, a partir do eixo linguagem-política-ética, apresentar e discutir sucintamente conceitos de língua-discurso, relações de poder, dialogismo e ética – com seus respectivos desdobramentos.

### Língua e discurso

A preocupação central com a linguagem define um dos nortes do pensamento de Bakhtin e de Foucault, tema que mobiliza uma interface com outros conceitos, tais como, no caso de Bakhtin: dialogismo, ideologia, cronotopo e estilo, entre outros; no caso de Foucault, tem-se a articulação da linguagem com o poder, a verdade e o sujeito. Bakhtin (1929[1981]; 1952-1953[2003]; 1929/1963) postula que os estudos da língua podem ser feitos em dois níveis: um abstrato, objeto da ciência linguística, que considera a língua como um sistema e que direciona a análise para a relação entre os elementos inscritos nesse sistema; outro concreto, objeto da Metalinguística/Translinguística, que postula a língua como uma realidade discursiva, ideológica, dialógica e concreta. Similarmente, Foucault



sugere uma distinção entre a língua, tida como sistema de construções formais possíveis, e o discurso: "A língua é um conjunto de estruturas, mas o discurso são unidades de funcionamento, e a análise da linguagem em sua totalidade não pode fazer em face a essa exigência fundamental" (1967, p. 73). Interessa a Foucault, mais especificamente, a existência (dialógica) acumulada desses discursos na forma de arquivo, por isso sua proposta de análise dos discursos é intitulada de arqueológica e, fundamentalmente, amarrada à dimensão histórica. Ambos os teóricos, claramente, defendem que o estudo da língua deve se centrar no aspecto discursivo, visto que esse está vinculado à dinâmica sócio-histórica-política. Todavia, enquanto Foucault parece explicitar e radicalizar a relação intrínseca entre discursos, história e poder, essa relação, embora atravessasse os trabalhos de Bakhtin, nem sempre é clara e diretamente tematizada.

O procedimento teórico de uma análise do discurso que articule as reflexões de Bakhtin e de Foucault pode ser resumido na citação abaixo, que, na sequência, será desdobrada.

[A análise do discurso tem a finalidade] de apreender o enunciado na estreiteza e na singularidade de seu acontecimento; de determinar as condições de sua existência, de fixar da maneira mais justa os seus limites, de estabelecer suas correlações com outros enunciados aos quais ele pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação ele exclui. (Foucault 1968[2000, p. 93])

Desmembrando a citação acima, pode-se estabelecer, de início, cinco pontos possíveis de aproximação entre os dois filósofos em torno de uma base teórica geral para a análise do discurso:

1. *Apreensão do enunciado na singularidade do seu acontecimento*: esse tema, por um lado, relembra a clássica citação de Foucault de que "[...] não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época" (1969, p. 51). Ou seja, o estudo dos discursos deve, necessariamente, levar em conta tanto as condições históricas (e as regras sócio-histórico-políticas) que possibilitam que certos enun-

ciados – e apenas eles – sejam possíveis, quanto as condições de circulação desses discursos. Os enunciados para Foucault, além de singulares – "um enunciado existe fora de qualquer possibilidade de reaparecimento" (1969, p. 102), são também repetíveis – "[...] o enunciado tem a propriedade de poder ser repetido: mas sempre em condições estritas" (p. 121). E o estudo do enunciado, na sua especificidade de singularidade e de repetição, requer a sua vinculação a uma determinada formação discursiva – a uma determinada "ordem" –, que define tanto a regularidade como a dispersão dos enunciados que a ela se vinculam.

Nota-se também na perspectiva bakhtiniana o caráter singular e único do enunciado enquanto evento sócio-histórico. Entretanto, tal singularidade não significa que os enunciados não estejam marcados por enunciados alheios. O que ocorre é que na medida em que os enunciados são usados por um dado sujeito – com uma certa intenção discursiva e um horizonte ideológico, em uma dada situação social e direcionado a algum destinatário –, eles ficam marcados pela *expressividade* daquele sujeito. Ressalva-se, então, que o traço de singularidade do enunciado não pode ser tomado como se o indivíduo fosse a fonte primeira do sentido. Com isso, nota-se que a singularidade do enunciado se vincula tanto à situação espaço-temporal quanto aos sujeitos enunciadores.<sup>3</sup>

2. *Condições de existência do discurso*: os discursos existem em função de uma certa conjuntura social, política, econômica e cultural. Ou seja, os discursos estão intrínseca e constitutivamente ligados ao contexto extraverbal, caracterizado por acontecimentos que não são de ordem linguística, mas de natureza "técnica, prática, econômica, social, política etc." (Foucault 1968[2000, p. 94]). Ademais, o contexto extraverbal se relaciona, em outros termos, com o horizonte espaço-temporal comum aos locutores, com a compreensão da situação (tema), com a avaliação comum da situação (Voloshinov 1981) e com as relações dialógicas que envolvem os enunciados e os sujeitos. Em termos metodológicos, é possível trilhar

3. Uma breve discussão sobre a natureza singular e repetível do enunciado nos trabalhos de Bakhtin e Foucault foi feita por Castro (2006).



as etapas sugeridas por Bakhtin/Voloshinov (1929[1988, p. 124]) para o estudo da língua-discurso em relação às condições de sua existência: a) estudo das formas e tipos de interação verbal vinculado às condições concretas em que se realizam; b) estudo das formas das enunciações, vinculadas à vida e à criação ideológica, que se prestam a uma determinação pela interação verbal (visando correlacionar os enunciados aos gêneros e às ideologias circulantes); c) vinculado às etapas anteriores, estudo das formas da língua na interpretação sócio-ideológico-linguística.

A análise das condições que regem o surgimento, a existência, a conservação, o apagamento, a reativação, a circulação, as relações estabelecidas entre os discursos e o papel que estes exercem implica, em uma perspectiva foucaultiana, a consideração da dimensão histórica. Tais condições têm a ver com “o jogo das regras que, em uma cultura, determinam o aparecimento e desaparecimento de enunciados” (Foucault 1968[2000, p. 95]). Aplicada, por exemplo, aos estudos dos gêneros discursivos, essa perspectiva permite uma análise das condições (econômicas, políticas, sociais, culturais etc.) e das regras que possibilitam certos modos de comunicação sócio-verbal, em uma sociedade, em determinada época. Tais regras, ao se relacionarem tanto aos domínios práticos e institucionais aos quais os discursos se vinculam, como a domínios epistemológicos de uma dada época histórica, criam as condições de existência para certos discursos, conferindo-lhes legitimidade, e apagam a possibilidade de emergência de outros.

3. *Fixação dos limites do enunciado*: o uso da língua se realiza por meio dos enunciados, que, na definição bakhtiniana, são formados pela dimensão temática, o estilo verbal, a construção composicional e a situação extraverbal. Os enunciados, em função das esferas sociais por onde circulam, constituem diferentes gêneros discursivos. Ainda segundo o filósofo russo, os limites do enunciado são dados por três aspectos: (i) a alternância dos sujeitos falantes – um enunciado termina quando provoca atitude responsiva no ouvinte; (ii) o caráter de acabamento do enunciado – a “sensação” de término de um enunciado experimentada pelo locutor e o ouvinte gera a possibilidade de uma reação-resposta nos participantes da

comunicação verbal. Tal “sensação” se dá por três razões: o tratamento exaustivo – porém, inesgotável – dado ao tema; o querer-dizer do locutor e o gênero discursivo utilizado; e (iii) a expressividade – o locutor estabelece uma relação de valor com a realidade concreta, o objeto de discurso, os outros participantes da comunicação discursiva e os enunciados já ditos e a serem ditos. A expressividade tem a ver com a ideia de estilo pessoal, pois uma vez que uma determinada construção é utilizada, em dada situação, por um falante que tem certa intenção, que seleciona determinado gênero e que possui um certo entendimento sobre seu destinatário (antecipando, inclusive, a sua compreensão responsiva), ela fica embebida de expressividade. Note-se que a fixação dos limites do enunciado não visa isolá-lo como se fosse uma mônada, independente ou soberana, mas sim, compreender a maneira pela qual ele se vincula a acontecimentos de ordem não-discursiva, como aqueles de natureza econômica, social, política etc. Ou seja, trata-se de “[...] descrever, entre ele e outros sistemas que lhe são exteriores, um jogo de relações” (Foucault 1968[2000, p. 94]).

4. *Correlações com outros enunciados*: trata-se da natureza dialógica do enunciado – todo enunciado, para os filósofos, é constituído por uma pluralidade de vozes. Ou seja, os enunciados se vinculam a outros enunciados (já ditos, apagados ou ainda a serem ditos), ao objeto discursivo, à realidade e aos próprios falantes (Bakhtin 1952-1953[2003]). Tanto para Bakhtin como para Foucault, as relações dialógicas extrapolam o nível do dito e incorporam o nível do não dito, ou seja, dizem respeito às relações entre os enunciados pronunciados e aqueles que foram apagados e silenciados: “[...] todo discurso manifesto reside secretamente em um já dito; mas esse já dito não é simplesmente uma frase pronunciada, um texto já escrito, mas um ‘jamais dito’” (Foucault 1968[2000, p. 91]). Nesse caso, Foucault tende a ser mais enfático – pelo menos explicitamente – na postulação da relação intrínseca entre os discursos e o poder, uma vez que a relação entre os enunciados e aqueles que, ao serem silenciados, se tornam condições de surgimento dos primeiros pode ser de exclusão, recusa e negação. Com isso, a análise dos discursos (e dos gêneros discursivos) circulantes em determinadas esferas sociais inclui, também, a análise dos discursos cujo apagamento se tornou condição para a emergência de outros discursos.



5. *Exclusão de outras formas de enunciação*: para Bakhtin, a relação dialógica entre os enunciados ocorre entre sentidos. Contudo, não se trata de sentidos previamente dados ou cristalizados, mas sim de sentidos ideológicos e singulares, que emergem nos contextos locais e amplos de interação socioverbal entre os interlocutores, em que estão em jogo as valorações desses sujeitos, as relações dialógicas entre os enunciados e os objetos discursivos, e diferentes espaços e tempos.<sup>4</sup> E tal relação entre os enunciados (e sentidos ideológicos) é viável com base na impossibilidade de emergência de outros enunciados. Para Foucault, as relações entre os discursos implicam um apagamento que não é da ordem dos sentidos linguísticos (previamente dados), mas da ordem dos embates e das lutas. Nas palavras de Foucault (1968, pp. 91-92): “A descrição dos discursos coloca uma questão diferente: como ocorre que tal enunciado tenha surgido e nenhum outro em seu lugar?” Esse apagamento de certos enunciados, para Foucault, se vincula às regras que controlam o funcionamento dos discursos e que englobam os limites do que pode ou não ser dito (dominação dos poderes dos discursos), as formas de aparição e de circulação dos discursos e a seleção dos sujeitos que enunciam (Foucault 1970).

Devido ao caráter relativamente condensado desta seção, alguns detalhamentos em torno da noção de língua foram deixados de lado, como a relação entre discursos, história e acontecimento, bem como maiores especificações dos termos “enunciado” e “discurso” nos trabalhos dos autores. Priorizaram-se as afinidades de ambos em torno de uma concepção sócio-histórico-política, sem maiores discussões acerca de aspectos metodológicos de uma análise dos discursos.

4. A noção de espaço-tempo em Bakhtin remete-se à concepção de cronotopo, cuja complexidade foi apontada por Holquist (1990, p. 155): “Chronotope is a term that brings together not just two concepts, but four: a time, plus its value; and a space, plus its value. Chronotope is not something that Bakhtin ‘discovered’. Rather, chronotope describes something that has always been inherent in experience (...) it is a useful term not only because it brings together time, space and value, but because it insists on their simultaneity and inseparability”.

A noção de ideologia está amplamente presente nos trabalhos de caráter sociológico de Bakhtin, especialmente aqueles cuja autoria é compartilhada com Voloshinov e Medvedev. Esse termo, contudo, não parece circular com a mesma intensidade nos escritos posteriores, especialmente naqueles dedicados à análise estético-literária e às discussões epistemológicas. Isso não significa, logicamente, que a relevância dessa dimensão ideológica tenha sido estremecida, mas parece haver um deslocamento na forma de compreender essa dimensão, o que se evidencia, por exemplo, com o uso de alguns conceitos que, a meu ver, reforçam a dimensão do poder presente nos trabalhos de Bakhtin: dialogismo, carnavalização, orientação axiológica e forças centrípetas e centrífugas, entre outros. Para fins da discussão desta seção, serão focadas as noções de dialogismo, carnavalização e de forças operantes sobre a língua, em diálogo com a concepção foucaultiana de poder e a crítica deste ao conceito de ideologia.

Sucintamente, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin/Voloshinov defende a materialização da ideologia no signo, o que faz com que ele não seja neutro, mas uma “arena onde se desenvolve a luta de classes” (1929[1988, p. 45]). Essa luta gira em torno das verdades, dos sentidos, dos modos de ver o mundo, das avaliações, entre outros aspectos. Assim como o signo é constitutivo da realidade social (ele a reflete e refrata), da mesma forma, a ideologia não pode ser vista como algo fora do funcionamento social; muito pelo contrário, ela é constitutiva da dinâmica social e, de forma análoga, é constitutiva da própria consciência. Citando Voloshinov (*apud* Ponzio 1998, p. 107): “Por ideología entendemos todo el conjunto de los reflejos y de las interpretaciones de la realidad social y natural que tienen lugar en el cerebro del hombre y se expresan por medio de palabras [...] otras formas signicas”. A(s) ideologia(s) – “através” dos signos – organizam, regulam, reproduzem, expressam e/ou subvertem as relações histórico-materiais dos homens – isso significa que a infraestrutura e as superestruturas se vinculam de tal forma que o signo opera como mediador entre ambas. Aquelas relações se organizam em uma sociedade caracterizada pela existência de for-



ças contraditórias: por um lado, a classe dominante busca conferir aos signos uma expressão de unicidade, de centralização e de estabilidade, apagando as diferenças; por outro lado, os signos, ao circularem por contextos sociais variados, mantêm seu caráter plural e ambíguo, já que expressam as contradições próprias de uma sociedade de classes. Ademais, Bakhtin também utiliza os termos *ideologia oficial* e *ideologia do cotidiano* (não-oficial) para fazer referência, respectivamente, às formas superestruturais de cultura (arte, direito, religião, ética, conhecimento científico) e às formas ligadas à consciência individual, ao cotidiano ou ao discurso censurado, revolucionário e clandestino – esses últimos visam confrontar o discurso que se mostra como certo, único e natural, operando como o lócus das transformações das ideologias constituídas.

Na esteira das reflexões sobre ideologia, Foucault (1979 [1999]) critica fortemente duas formas tradicionais de análise de questões que envolvem o poder: uma que privilegia o papel do sujeito autônomo e soberano e outra que foca a dimensão econômica e a relação entre a ideologia e as relações entre infraestrutura e superestrutura. Sobre a noção de ideologia, mais especificamente, o filósofo problematiza três aspectos: (i) a ideologia se oporia ao que seria a verdade, ocultando-a,<sup>5</sup> (ii) ela se vincularia a um sujeito psicológico; (iii) ela se oporia a algo que seria da ordem da infraestrutura econômica, sendo determinada por esta. Para Foucault, o foco das análises em torno do poder não está na busca das verdades, mas na compreensão das maneiras pelas quais os discursos, historicamente, produzem efeitos de verdade. Ademais, os modos de subjetivação são politicamente produzidos, o que significa que toda forma de constituição de uma subjetividade se dá inscrita em jogos de poder. Por fim, o poder não se submete à lógica econômica e, tampouco, existe como uma entidade abstrata em oposição às

5. Nesta perspectiva, a ideologia operaria como uma “falsa consciência” em que a consciência seria separada, através de certos processos, de uma suposta verdade; em outras palavras, ela falsearia a realidade das relações de exploração e garantiria no nível das ideias a dominação capitalista e a alienação dos trabalhadores. As ideologias, na visão tradicional, seriam geradas e mantidas espontaneamente ou pelo interesse da classe dominante (Elster 1989; Monteiro 1995).

relações de produção. Podemos expandir essa crítica direta de Foucault à centralidade da instância econômica para a obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, embora essa centralidade não pareça ressoar na mesma intensidade nos escritos posteriores de Bakhtin:

A realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade objetiva dos signos sociais. As leis dessa realidade são as leis da comunicação semiótica e são diretamente determinadas pelo conjunto das leis sociais e econômicas. A realidade ideológica é uma superestrutura situada imediatamente acima da base econômica. (Bakhtin/Voloshinov 1929[1988, p. 34])

O poder, para o filósofo francês, não é uma entidade fixa que algum sujeito possa deter, mas uma prática social que atravessa e constitui, historicamente, as relações sociais. O poder não é estático, mas circula, funciona como uma rede de dispositivos que produzem saberes, subjetividades, verdades, discursos etc. O poder não se reduz à ordem econômica e, tampouco, é superior a esta ordem: as relações de poder são constitutivas das relações econômicas e de outras formas de relação.

Assim, uma analítica do poder, segundo Foucault (1977 [1999]), implica tanto um poder jurídico e autoritário, quanto um poder produtivo: o primeiro caso implica uma leitura tradicional do poder que opera (i) de forma negativa, rejeitando, negando, ocultando, impedindo; (ii) ditando as regras de funcionamento, por exemplo, a lei que diz o que é lícito ou ilícito; (iii) pela interdição, ameaçando, castigando e proibindo; (iv) afirmando a inexistência e impedindo a manifestação; (v) impondo um modelo uniforme e geral de submissão em todas as instâncias sociais. Esse poder que opera apenas pela negação, pelo limite e pela obediência evidentemente gera resistências declaradas. Contudo, Foucault se questiona o que faz com que o poder seja tolerado pela sociedade onde seu funcionamento é tão visível. A sua resposta é que há uma dimensão do poder que se torna tolerável não pela sua imposição jurídica, mas porque não cerceia a liberdade, tomando-a condição para o seu exercício e circulação. Esse poder é heterogêneo, imóvel, sutil, relacional, capilar e: (i) não é imposto de cima para baixo e não existe de forma binária e



autoritária (dominadores vs. dominados), mas vem de baixo; (ii) não é fruto de uma decisão ou vontade subjetiva, embora tenha uma finalidade e objetivo, mas resulta de um jogo de estratégias e táticas; (iii) produz a resistência como constitutiva do seu funcionamento, sendo que a resistência não implica uma exterioridade em relação ao poder, mas implica, também, exercício de poder. E assim como o poder é múltiplo, as resistências são múltiplas, móveis, transitórias, “possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao fracasso” (Foucault 1977 [1999, p. 91]).

A resistência como constitutiva do funcionamento do poder pode ser ilustrada, nos trabalhos de Bakhtin (1940/1965[2002]), com a noção de carnavalização. Em sua análise sobre a obra literária medieval de Rabelais, o filósofo russo aponta para a força e criatividade da cultura cômica popular – constituída pelas festas públicas populares e carnavalescas, a literatura paródica, os palhaços, os bufões e os gêneros de vocabulário público e familiar – operando como resistência às ideologias oficiais. Essa resistência, que também é uma forma de exercício do poder, não operava pela violência ou força contra um poder autoritário e repressor, mas pelo riso, pelo escárnio, pelo deboche, pela fantasia em um espaço público<sup>6</sup> de festividade, que incluía, por exemplo, festas de carnaval, torneios esportivos, a inscrição de cavaleiros, a outorga de títulos de vassalagem, entre outros. Trata-se de eventos que reuniam a representação do poder-jurídico e uma resistência a esse poder de forma criativa e inventiva, que só existia porque “durante a realização da festa, só se pode [pode] viver de acordo com as suas leis, isto é, as leis da liberdade” (Bakhtin 1940/1965[2002, p. 6]): a circulação do poder só é possível onde há sujeitos livres e expostos a uma gama de possibilidades de reações – onde há escravidão ou sistemas totalitários não há relações de poder, pois não há possibilidades de resistência (Foucault 1976[1995]).

6. Para uma discussão sobre a dimensão política do espaço público, ver Severo e Paula (2009).

Essa forma carnavalesca de funcionamento do poder produzia, como um de seus efeitos, certos modos de subjetividade que carregavam consigo “um olhar novo sobre o mundo; um olhar destituído de medo, de piedade, perfeitamente crítico, mas ao mesmo tempo positivo e não nihilista” (Bakhtin 1940/1965[2002, p. 239]). Esses modos de subjetividade incluíam o uso da língua vulgar e de termos “ao avesso” da norma padrão, de termos blasfêmicos, obscenos e juramentos, de paródias e profanações e de novas formas de interação socioverbal (gêneros discursivos) embaladas pelo caráter “familiar” das festas e de certos gestos e expressões que se opunham às regras de etiqueta. Daí decorre que toda forma de circulação de poder – mediante discursos e práticas não-discursivas – produz interpretações de mundo, formas de agir, estilos, linguagens específicas etc.

Não se trata, nesse caso, de pensar a relação entre a dimensão popular e as ideologias oficiais (religião e Estado) como duas realidades opositivas e antagônicas: Se, para Foucault, o poder não opera “de cima para baixo”, não se impõe do Estado sobre os sujeitos, mas opera de tal forma que o micro e o macro se sustentam, se influenciam e servem de suporte um ao outro, de forma semelhante, para Bakhtin/Voloshinov (1929[1988]), as esferas/ideologias do cotidiano não são definidas pelas esferas ideológicas mais elaboradas, mas há uma relação recíproca entre ambas, em que uma define e sustenta a outra: “Os sistemas ideológicos constituídos da moral social, da ciência, da arte e da religião cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano, exercem por sua vez sobre esta, em retorno, uma forte influência e dão assim normalmente o tom a essa ideologia” (Bakhtin/Voloshinov 1929[1988, p. 121]). Com isso, (i) os discursos circulantes pelas esferas micro – os discursos do “cotidiano” – e macro – os discursos do governo, da ciência e das instituições – estabelecem entre si uma relação dialógica e política; (ii) o “poder carnavalesco”, nas esferas populares e públicas, ratifica o papel das ideologias cotidianas na desestabilização e transformação social, cultural e política.

Na esteira da tensão entre as esferas oficiais e cotidianas, um outro conceito funcional nos trabalhos de Bakhtin, especialmente presente no texto *Discurso no Romance* (1934-1935[1998]), diz



respeito às forças operantes sobre a vida linguística, cultural e social, que atuam em duas direções mutuamente implicadas: por um lado, as forças centrípetas agem conforme uma tendência ao fechamento, cristalização, unificação e centralização; e, por outro, as forças centrífugas produzem aberturas, desestabilizações e descentralizações. Como efeito do funcionamento dessas forças tem-se o plurilinguismo (dialogizado) – constituído por uma variedade de dialetos e de vozes sociais e ideológicas – e a língua única. Esse plurilinguismo dialogizado historicamente não se constituiu nas esferas ideológicas oficiais, mas na esfera popular e cotidiana: “nos palcos das barracas de feira, soava um discurso jogralesco, que arremedava todas as ‘línguas’ e dialetos, desenvolvia a literatura das fábulas e dos *soties*, das canções de rua, dos provérbios, das anedotas” (p. 83). Essa esfera popular era eminentemente política, pois favorecia, pela liberdade de discurso e de ação dos sujeitos, a potencialização das diferenças, da iniciativa e do confronto, diferentemente das esferas oficiais que tendiam à monologização da verdade e à eliminação da diversidade de visões. E o plurilinguismo estabelecia com os sistemas ideológicos constituídos uma relação dialógica e de resistência, uma vez que parodiava e polemizava os estratos oficiais.

As forças centrífugas, embora visem a desorganização da ordem oficial, não operam como um bloco homogêneo cuja origem seria identificável ou controlável: “Mesmo chamá-las por um único nome pode ser falacioso. Em vez de uma unidade, as forças centrífugas são uma panóplia dos mais heterogêneos elementos [...] [essas forças] constituem parte essencial do nosso viver, momento por momento” (Morson e Emerson 2008, p. 48). Assim como, para Foucault, o poder não tem um centro, uma origem, não opera de forma análoga e igualmente distribuída, essa forças, de forma semelhante, operam de maneira desorganizada, plural e variável e constituem a realidade cotidiana das relações e da vida cultural e social, produzindo uma variedade de pontos de resistência às forças unificantes. A estratificação produzida pelas forças centrífugas implica a multiplicação dos pontos de vista, dos sentidos, das interpretações, dos modos de ser, de produtos culturais etc. Dessa forma, ela está diretamente vinculada ao universo linguístico-discursivo (produzindo uma proliferação de línguas/dialetos e de discursos) e aos sujeitos.

Finalizando esta seção: o discurso não é neutro, mas “veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo” (Foucault 1977[1999, p. 96]). E dado que os discursos estabelecem entre si relações dialógicas, tais relações não são neutras, mas produzem embates, conflitos, polêmicas, aceitação, tensões, resistências. Trata-se, aproximando as abordagens de Bakhtin e de Foucault, de potencializar a natureza dialógica e, por isso, política dos discursos. E esse dialogismo implica que os sentidos não estão fechados, os confrontos não são previsíveis ou controláveis, os embates não se restringem a um dado contexto espaço-temporal, mas todos esses atravessam (multiplicam ou produzem) os tempos e os espaços. As relações dialógicas (e de poder) são constitutivas da produção dos modos de construção das subjetividades e das possibilidades de resistência.

### Ética e diálogo

Em seus últimos trabalhos sobre a dimensão ética da relação dos sujeitos consigo mesmos e com os outros e as técnicas implicadas nesses modos de subjetivação, Foucault (1982[2004]) tematizou, entre outros conceitos, a ideia de *parresia*, entendida como uma técnica de prática de si da Antiguidade que se referia tanto a uma dada atitude moral do mestre-diretor de consciência, como a uma forma de transmissão da verdade e que tinha como princípio o “falar franco” ou o “tudo dizer”: o que está em questão é a “franqueza, a liberdade, a abertura, que fazem com que se diga o que se tem a dizer, da maneira como se tem vontade de dizer, quando se tem vontade de dizer, e segundo a forma se crê ser necessário dizer” (Foucault 1982[2004, p. 450]). Com isso, visava-se que aquele a quem esse discurso verdadeiro se direcionava pudesse se constituir como um sujeito de soberania sobre si mesmo. A verdade tratava de estabelecer essa soberania. Essa concepção será levada em consideração a seguir, sendo contraposta à noção de retórica e aproximada à noção bakhtiniana de diálogo. Trata-se de pensar esses conceitos em torno das questões de ética, liberdade e responsabilidade.



Os adversários desse falar franco seriam a lisonja e a retórica, estando os dois ligados: a primeira, amplamente tematizada pela literatura da Antiguidade, implicaria uma forma de obstáculo moral em que aquele que está em uma situação hierárquica menor tenta, através da linguagem, atrair o poder e favores do seu superior, reforçando o seu poder e fazendo com que o adulado acredite ser mais do que realmente é. A consequência seria que o sujeito alvo da adulação não conseguiria se conhecer e se relacionar consigo mesmo de forma verdadeira, pois essa relação seria cegada pela falsidade do lisonjeador. A retórica seria um obstáculo por: (i) ter como finalidade a persuasão, ao invés da verdade; (ii) ser identificada como uma arte – capaz de ser ensinada e capaz de mentira – constituída e regida por regras que não são dadas pelo jogo dos interlocutores e da situação, mas sim pelo tema do discurso tratado (o tema diz da maneira como se deve falar); (iii) ter como fim a administração da assembleia, do povo ou um de exército em proveito de quem fala. Foucault contrapõe esses três aspectos à parresia, uma vez que ela (i) busca o compartilhamento da verdade; (ii) é regida pelas regras da prudência e da capacidade do mestre saber como e quando falar ao discípulo, ou seja, a ocasião e a relação dos interlocutores definem as regras da parresia; (iii) tem como finalidade fazer com que aquele a quem o discurso se dirige se torne autônomo, pleno e independente daquele que lhe diz a verdade. Embora a parresia seja uma prática que inicialmente se origine no mestre, ela tende a ser compartilhada pelos discípulos de forma que a verticalidade das relações abra brecha para relações horizontais, densas e de amizade. A necessidade do outro para uma condução e governo de si mesmo é a base da parresia, sendo que sua utilidade se centra nas condutas: “é na experiência que se medirá a eficácia, a utilidade da palavra ouvida, da palavra que foi transmitida por parresia” (p. 489).

Além da divergência do falar franco – que instaura uma certa ética do cuidado de si – em relação à retórica, um outro questionamento sobre a retórica pode ser identificado nos trabalhos de Bakhtin a partir de suas reflexões sobre o diálogo e o dialogismo. Segundo o filósofo russo, a retórica se caracteriza por um modelo monológico, autoritário, incontestável e fechado para o diálogo com os oponentes.

A retórica, tida como embate, visa o convencimento e a dissolução do outro, ao invés da construção da verdade: “Na retórica, há os indiscutivelmente inocentes e os indiscutivelmente culpados, há a plena vitória e a humilhação do adversário. No diálogo, a destruição do adversário destrói a própria esfera dialógica da vida da palavra” (Bakhtin 1970-1971[2003, pp. 386-387]). Diferentemente da retórica, o diálogo se fundamenta nas interações verbais entre os interlocutores, de forma que a verdade não seria fruto de uma imposição ou estaria atrelada a algum sistema de pensamento específico, mas seria construída dialogicamente, como o que ocorre no diálogo socrático. Este gênero, de base carnavalesco-popular e que influenciou o caráter dialógico dos romances, destrona qualquer possibilidade de centralização, dogmatismo ou anulação do outro. O princípio dialógico desses diálogos socráticos implica uma dissolução de qualquer privilégio em torno dos discursos e um descentramento da questão da verdade, dos processos de sua produção e de uma visão e prática monológicas e autoritárias.

O diálogo socrático – especialmente nos escritos iniciais de Platão – conservava uma natureza dialógica e tinha como procedimentos de produção da verdade a síncri-se e a anácri-se. O primeiro visava estabelecer um confronto entre as ideias e verdades e o segundo pretendia instigar os interlocutores a expressarem seus pontos de vista. (Bakhtin 1929/1961-1962[1981]) Nesse contexto, Sócrates tinha o papel de incitar os discursos e o cuidado de si, pois a verdade que estava em jogo era uma verdade ética – que deveria ser corporificada – e não uma verdade que visasse a aprovação popular; por isso, tratava-se de um ato de coragem em que os sujeitos eram conduzidos à construção pública de um cuidado de si.<sup>7</sup> Nesse jogo discursivo que, é claro, não implicava a inexistência de regras de produção das verdades não eram fixas, dado que se vinculavam ao contexto e aos interlocutores. As palavras enunciadas coincidiam com os sujeitos que as enunciavam, não havendo

7. No texto de Platão intitulado *A Apologia de Sócrates*, “Sócrates apresenta-se como aquele que, essencialmente, fundamental e originariamente, tem por função, ofício e encargo incitar os outros a se ocuparem consigo mesmos, a terem cuidados consigo e a não descuidarem de si” (Foucault 1982, p. 70).



uma ruptura entre o dizer e o ser: "no diálogo socrático, a ideia se combina organicamente com a imagem do homem, o seu agente" (Bakhtin 1929/1961-1962[1981, p. 96]). E essa imagem era construída publicamente pelo falar franco, verdadeiro e corajoso.

Esse percurso à Antiguidade mostra que não se trata, tanto para Foucault quanto para Bakhtin, de uma verdade única, autoritária e monológica. Para o primeiro, a *parresia*, como dizer verdadeiro, implica que a verdade que é dita existe em relação àquele que fala, ou seja, o estatuto de um discurso verdadeiro está amarrado a um certo modo de existência: "para bem garantir a *parresía* (a franqueza) do discurso mantido, é necessário que a presença daquele que fala esteja efetivamente sensível naquilo mesmo que ele diz" (*idem*, p. 491). A relação da verdade, na Antiguidade, com uma certa prática de si implica questões éticas, em que os sujeitos modelam suas subjetividades a partir de uma relação franca e dialogada com o outro, em que aquele que diz – diferente da retórica – se compromete pelo dito através de suas condutas. A possibilidade do cuidado de si como prática da liberdade – sem que se tome a Antiguidade como modelo, mas como inspiração para se pensar diferentemente o momento presente – é retomada por Foucault como uma via possível de resistência ao poder moderno que individualiza, disciplina e normaliza.

Para Bakhtin, a verdade única e monológica é fruto de embates ideológicos e das forças centrípetas e centralizadoras. Nas esferas populares e cotidianas, onde circulam o plurilinguismo e a heteroglossia, as verdades circulam e estabelecem entre si relações dialógicas. Com isso, não se trata de um relativismo em que as verdades existiriam como entidades autônomas. Trata-se, sim, de um relativismo dialogado, em que o diálogo – entre os sujeitos, as verdades, os pontos de vista – impõe os limites do que é possível ou não em uma dada realidade espaço-temporal: "o relativismo e o dogmatismo excluem igualmente qualquer discussão, todo diálogo autêntico, tornando-o desnecessário (o relativismo) ou impossível (o dogmatismo)" (Bakhtin 1929/1961-1962[1981, p. 58]). Nesse sentido, a responsabilidade diz respeito às respostas que os sujeitos são impelidos a oferecer – e oferecem – aos enunciados que os interpelam, assumindo uma posição valorativa por essas respostas.

Esses trabalhos sobre a *parresia* e o gênero socrático também reforçam o papel necessário do outro na produção da verdade ou de um saber sobre si, em que o processo de produção das verdades opera seja pelo falar franco e corajoso – que não visa a persuasão e o engano –, seja pelo embate e confronto aberto e público de opiniões e pontos de vista. Os olhos e palavras alheios configuram o terreno sobre o qual se fundamenta a ética do cuidado de si e a assunção da responsabilidade pelos enunciados próprios. E o que confere força a esses dois conceitos se encontra, por um lado, na liberdade das práticas de si e na possibilidade da invenção de novas formas de subjetivação a partir de uma relação (soberana) consigo mesmo; por outro lado, na noção de dialogismo, que destrona as evidências e verdades soberanas, fazendo com que as relações (de sentido, de poder) sejam radicalmente constitutivas dos sujeitos, dos discursos e das verdades.

Tanto para Bakhtin como para Foucault, a dimensão ética não está atrelada às regras morais ou a um sistema abstrato de normas e deveres impostos coercitivamente e juridicamente, que devem ser aplicados. Para Bakhtin, a ética diz respeito a uma atitude responsável dos sujeitos frente aos eventos e enunciados únicos, singulares e particulares que os interpelam no mundo concreto das relações e dos embates. Trata-se de uma responsabilidade pessoal pelos atos e discursos da vida prática. Contudo, embora a ética recaia sobre a dimensão pessoal, isso não implica um apagamento do outro. Diferentemente, a relação eu-outro é fundante das subjetividades e da própria linguagem: "a forma de vivenciamento concreto do indivíduo real é a correlação entre as categorias imagéticas do eu e do outro" (1920-1923[2003, p. 35]), em que um dado acabamento da individualidade só é possível mediante o olhar alheio.

Para Foucault, a dimensão ética, embora recaia sobre o domínio da constituição de si, também não implica um apagamento do outro. O requisito para a prática do cuidado de si como exercício de liberdade é o convívio com o outro em um espaço de circulação livre do poder. Ética e política se entrelaçam na medida em que (i) a invenção de novos modos de subjetividade produz como efeitos resistência às formas de individualidades impostas; (ii) a relação consigo mesmo implica uma relação com o outro em um espaço de



liberdade, dado que as estratégias e técnicas de autogoverno não de desvinculam das formas de governo e de controle do outro.

O retorno à Antiguidade, em Foucault e Bakhtin, para se refletir seja sobre a dimensão ética do cuidado de si, seja sobre a natureza dialógica do romance (e da vida), não significa que, com isso, se busque no passado uma resposta para as lutas éticas modernas, mas esse diálogo com outros tempos e espaços implica que

dentre as invenções culturais da humanidade, há um tesouro de dispositivos, técnicas, ideias, procedimentos etc., que não pode ser exatamente reativado, mas que, pelo menos, constitui, ou ajuda a constituir, um certo ponto de vista que pode ser bastante útil como uma ferramenta para a análise do que ocorre hoje em dia – e para mudá-lo. (Foucault 1983[1995, p. 261])

E o princípio dialógico que sustenta esse diálogo com outros tempos e espaços produz como efeitos reavaliações, desestabilizações, novidade e transformações. Nas palavras de Bakhtin (1974[2003, p. 409]):

Em qualquer momento do desenvolvimento do diálogo existem massas imensas e ilimitadas de sentidos esquecidos, mas em determinados momentos do sucessivo desenvolvimento do diálogo, em seu curso, tais sentidos serão lembrados e reviverão em forma renovada (em novo contexto).

### Palavras finais

Não foi o objetivo do texto esgotar as possibilidades de diálogo entre os autores, mas iniciar uma conversa teórica entre ambos, pontuando temas caros ao pensamento dos filósofos: a noção de linguagem vista como discurso ou enunciado, a relação desta com a dinâmica do poder entendida seja como microfísica, seja como a tensão entre forças centrípetas e centrífugas, e a natureza dialógica (e política) dos discursos, das verdades e dos modos de constituição das subjetividades. Foram também aproximadas as compreensões

de Foucault e de Bakhtin sobre ética em torno da noção de diálogo e do falar franco. Ressalta-se que as articulações propostas neste texto ainda podem ser desmembradas e potencializadas em análises e pesquisas de cunho discursivo, em que sejam colocadas em tela as relações dos discursos com os sujeitos, as verdades e o poder. Não foi o objetivo do artigo refletir sobre possíveis aplicações metodológicas que o diálogo entre os autores viabiliza, e sim abrir e enriquecer um espaço de reflexão crítica e teórica acerca da relação entre linguagem, ética e política (poder). E talvez a força desse diálogo esteja na prática dos filósofos do pensar – político e ético – livre, corajoso e criador:

O sentido é liberdade e a interpretação é o seu exercício: este parece ser o último preceito de Bakhtin. (Todorov, *apud* Bakhtin 2003, p. XXXII)

[...] o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado, porém nos libertarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposta há vários séculos. (Foucault 1976[1995, p. 239]).

### Bibliografia

- BAKHTIN, M. e VOLOSHINOV, V. N. (1988[1929]). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec.
- BAKHTIN, M. (1920-1923[2003]). "O autor e a personagem na atividade estética", *in*:
- \_\_\_\_\_. (1929/1961-1962[1981], *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_. (1934-1935[1998]). "O discurso no romance", *in*: *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*. Tradução de Carlos Vogt e Eni Orlandi. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo: Hucitec, pp. 71-164.



- \_\_\_\_\_. (1952-1953[2003]). "Os gêneros do discurso", in: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, pp. 277-326.
- \_\_\_\_\_. (1940/1965[2002]). *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento – o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara F. Vieira. 5ª ed. São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (1974[2003]). "Metodologia das ciências humanas", in: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, pp. 367-392.
- \_\_\_\_\_. (2003). "Apontamentos de 1970-1971", in: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, pp. 369-398.
- \_\_\_\_\_. (2003). *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- BERNARD-DONALS, M. F. (1994). *Mikhail Bakhtin – Between Phenomenology and Marxism*. Cambridge: Editora da Universidade de Cambridge.
- BRANDIST, C. (2002). *The Bakhtin Circle – Philosophy, Culture and Politics*. Londres: Pluto Press.
- CASTRO, G. (2006). "Enunciado e discurso: um diálogo entre o Círculo de Bakhtin e Michel Foucault", in: FARACO, C. A.; TEZZA, C. e CASTRO, G. de (orgs.) *Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin*. Petrópolis: Vozes, pp. 114-124.
- CLARK, K. e HOLQUIST, M. (1998). *Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Perspectiva.
- ELSTER, J. (1989). *Marx hoje*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FOUCAULT, M. (1967[2000]). "Sobre as maneiras de escrever história: entrevista a R. Bellour", in: MOTTA, M. da (org.) *Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense, pp. 62-77.
- \_\_\_\_\_. (1968[2000]). "Sobre a arqueologia das ciências: resposta ao Círculo de Epistemologia", in: MOTTA, M. da (org.) *Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense, pp. 82-118.
- \_\_\_\_\_. (1969[2000]). *A Arqueologia do saber*. Tradução de Luis Felipe Baeta Neves. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense universitária.
- \_\_\_\_\_. (1970[1996]). *A ordem do discurso*. Tradução de Laura F. de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- \_\_\_\_\_. (1976[1995]). "O sujeito e o poder", in: RABINOW, P. e DREYFUS, H. *Michel Foucault – uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 231-252.
- \_\_\_\_\_. (1977[1999]). *A história da sexualidade I: A vontade de saber*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_. (1979[1999]). "A verdade e o poder", in: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_. (1982[2004]). *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (1983[1995]). "Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow", in: RABINOW, P. e DREYFUS, H. *Michel Foucault – uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 253-278.
- \_\_\_\_\_. (1994[2004]). "Verdade, poder e si mesmo", in: MOTTA, M. da (org.) *Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 294-300.
- \_\_\_\_\_. (1994[2000]). "O que são as luzes?", in: MOTTA, M. da (org.) *Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 335-351.
- HOLQUIST, M. (1990). *Dialogism: Bakhtin and his world*. Londres: Routledge.
- MONTEIRO, L. G. M. (1995). *Neomarxismo: Individuo e subjetividade*. São Paulo: EDUC; Florianópolis: EDUFSC.
- MORSON, G. S. e EMERSON, C. (2008). *Mikhail Bakhtin: criação de uma prosaística*. Tradução de Antonio de Padua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- PONZIO, A. (1998). *La revolución bajtiniana. El pensamiento de Bajtín y la ideología contemporánea*. Madri: Cátedra.
- RABINOW, P. e DREYFUS, H. (1995). *Michel Foucault – uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- SEVERO, C. G. e PAULA, A. C. (2009). "Mikhail Bakhtin, Paul Ricoeur e Hannah Arendt: diálogos em torno do espaço pú-



blico e das linguagens." *Revista da ANPOLL*, vol. 26, pp. 49-72.

TODOROV, T. (2003). "Prefácio" da edição francesa", in: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, pp. 1-21.

VOLOSHINOV, V. N. (1926[1981]). "Le discours dans la vie et lê discours dans la poésie", in: TODOROV, T. *Mikhaïl Bakhtine, le principe dialogique, suivi de Ecrits du cercle de Bakhtine*. Paris: Seuil, pp. 181-215.

## A IDEOLOGIA NO/DO CÍRCULO DE BAKHTIN

*Carlos Alberto Faraco*

Como bem sabemos, *ideologia* é, por sua polissemia e por sua circulação polissêmica pela teoria política e arredores, uma palavra maldita. Em seus duzentos e alguns anos de existência, ela já agregou (se podemos confiar no levantamento de Eagleton 1997, p. 15) pelo menos quinze significados diferentes, alguns até mesmo contraditórios entre si.

Isso, claro, não é, em princípio, um problema, já que a polissemia lexical é da ordem própria da língua. No entanto, nos obriga, ao usarmos a palavra no discurso acadêmico (filosófico ou científico), a indicar, a cada vez, o significado com que a estamos usando. Do contrário, nosso discurso circulará, inevitavelmente, no vazio. Dirá sem nada dizer, deslizará sem limite. Que poder heurístico pode ter o dizer que nada diz, que desliza sem limite?

Sem um "point de capiton", caberá, então, ao leitor atribuir um significado à palavra, a recortar o que não foi claramente recortado pelo autor. Ou terá de inferir o significado possível ou os significados possíveis com que a palavra está sendo usada. Dessa forma, fica com o leitor a tarefa de dar alguma coerência ao discurso teórico que lê. E, aí, inevitavelmente, muitos leitores, muitas leituras. Uma turbulenta algaravia raiando à incomunicação.